

Um Kioto ainda mais fraco

Reunião do clima deve estender protocolo, mas sem Rússia, Japão e Canadá

Cláudio Motta
claudio.motta@oglobo.com.br

A Convenção do Clima (COP-17) termina hoje em Durban, na África do Sul, sem um grande acordo para evitar as mudanças climáticas. Dificilmente será firmado um segundo período do Protocolo de Kioto, cujo marco legal termina em 2012, no qual os países se obrigam a diminuir o lançamento de gases-estufa. As últimas negociações se voltam para estender o tratado até 2015, um retrocesso, na verdade. Sem a adesão dos EUA e dos países em desenvolvimento e com a saída de Japão, Rússia e Canadá do acordo, o tratado terá ainda menos peso político e já ganhou o apelido de “kiotinho”.

Foi a adesão da Rússia, em 2005, que colocou em vigor o Protocolo de Kioto, formulado em 1997 nesta cidade, no Japão. Ironicamente, ambos os países, ao lado do Canadá, simbolizam o provável retrocesso da COP-17. Isto porque os três não deverão participar da extensão do tratado. Nações em desenvolvimento também estão livres de metas obrigatórias de redução de emissões. Há ainda o entrave americano. O Congresso dos Estados Unidos não ratificou o tratado. Agora, o país sequer participa das negociações.

Brasil defende metas obrigatórias

• A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, defendeu ontem na COP-17 a criação, em 2020, de metas obrigatórias de redução de emissões para todos. É a primeira vez que o país admite acatar objetivos internacionais de redução. Mas, segundo a ministra, o Brasil não abre mão de medidas imediatas de redução de emissões. Por isto, Izabella reafirmou que o país ainda acredita na renovação do Protocolo de Kioto e no fortalecimento do tratado a curto, médio e longo prazo. E disse ter expectativas de que a COP-17 terá resultados concretos.

— Se todos trabalharmos juntos, poderemos negociar um novo instrumento legalmente vinculante sobre a convenção, baseado nas recomendações da ciência que inclua todos os países para o período imediatamente pós 2020 — disse.

Logo depois do pronunciamento de Izabella, o negociador-chefe do Brasil, embaixador Luiz Alberto Figueiredo,



A MINISTRA Izabella Teixeira discursa na Convenção do Clima, em Durban

também se disse otimista, apesar de todo o clima de pessimismo que cerca a Convenção do Clima.

— Provavelmente não vamos dormir por causa das negociações intensas. Mas estamos otimistas e vendo movimentos, convergências, e isso é o que precisamos para alcançar o que viemos buscar aqui em Durban — afirmou o embaixador. — Somos flexíveis sobre datas, não é isso que vai nos dividir no final da conferência. Precisamos determinar claramente quais são os próximos passos.

Representante do Congresso Nacional na COP-17, o vice-presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, deputado federal Alfredo Sirkis (PV-RJ), afirmou que o Brasil tenta liderar um acordo climático global.

— É um marco. Pela primeira vez o Brasil de forma explícita se colocou a favor de metas obrigatórias. Elas entrarão em vigor a partir de 2020, sendo negociadas a partir de agora desde que todos, inclusive os Estados Uni-

dos, participem — afirmou Sirkis.

Ao se posicionar favoravelmente às metas, a ministra do Meio Ambiente aproveitou a COP-17 para falar sobre os esforços do Brasil para reduzir suas próprias emissões. Ela lembrou que o Congresso brasileiro aprovou lei que estabelece a Política Nacional sobre Mudança do Clima, na qual há o compromisso brasileiro voluntário de reduzir em pelo menos 36,1% as emissões de gases de efeito estufa em relação às emissões projetadas até 2020:

— No combate ao desmatamento, nossa maior fonte de emissões, o objetivo é de reduzir em 80% o desmatamento até 2020 em relação à média de desmatamento entre 1996 e 2005. Em 2011, atingimos uma redução de 66%, o menor índice de desmatamento desde que o sistema de monitoramento foi criado, em 1988. O desmatamento que, em 2004, atingiu um pico de 27 mil quilômetros quadrados, este ano caiu para pouco mais de 6 mil Km2. ■

CORPO A CORPO

EMILIO LA ROVERE

‘Impactos serão cada vez maiores’

• Membro do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPPC, em inglês) e professor da Coppe/UFRJ, Emilio La Rovere alerta: sem acordo, os impactos das mudanças climáticas serão mais acelerados.

O GLOBO: Como o senhor recebeu a proposta brasileira de começar a negociar um acordo para 2020?

EMILIO LA ROVERE: O Brasil está disposto a aceitar compromissos vinculantes para 2020, desde que todos os países façam o mesmo, de forma a conseguir um resultado que seja significativo na direção de estabilizar a concentração de gases-estufa e a temperatura em um nível razoável. Essa posição, ao meu ver, é correta. O Brasil assume um papel de liderança no sentido de uma economia verde. E tem todas as condições de conseguir vantagens competitivas importantes em uma economia de baixo carbono.

• A COP-17 será um fracasso?

LA ROVERE: Sentimos um ambiente mais construtivo do que em Copenhague (COP-15, realizada há dois anos). Há mais diálogo. A União Europeia, o Brasil e a China estão tendo uma posição melhor, mas os Estados Unidos sequer aderiram ao Protocolo de Kioto. Além disso, outros países, como Japão, Canadá e a Rússia, abandonaram o tratado.

• Haverá acordo em Durban?

LA ROVERE: Haverá intensas negociações, que vão varar a noite. Só mesmo no final será possível avançar ou não. A Rio+20 (conferência que será realizada em junho no Brasil) pesa muito. Novamente há um receio grande de que uma sensação de frustração em relação ao Durban contamine o ambiente para a Rio+20. Vejo que ainda há esperança para um acordo razoável.

• A proposta do Brasil poderá reverter a falta de acordo?

LA ROVERE: O desafio que o Bra-

sil lançou para outros países dificilmente será realmente aceito. Mesmo assim, o país está no seu papel: colocar para opinião pública quem são os responsáveis por não se chegar a um acordo. Sem Estados Unidos, Rússia, Japão e Canadá não há condições mínimas de chegar ao que o Brasil está propondo.

• Como o senhor analisa o “kiotinho”?

LA ROVERE: No fundo, não há diferença tão grande entre os objetivos voluntários de cada país com o acordo legalmente vinculante (do Protocolo de Kioto). E, desde que o protocolo foi aprovado, as punições para o não cumprimento das metas é branda. Geralmente é dar mais prazo. O que está se tentando é manter a estrutura de Kioto. A proposta da Europa de prorrogá-lo até 2015 daria mais três anos para negociações. Até lá, é evitar deserção maior de países e obviamente esperar por tempos melhores, com a recessão econômica já superada.

• A recessão não diminui as emissões?

LA ROVERE: A recessão diminui a atividade econômica, mas inibe os investimento em tecnologia eficiente. Nossas simulação de cenário do IPCC mostra que a recessão não ajuda.

• Há tempo para tantas negociações, considerando os impactos do aquecimento global?

LA ROVERE: Já perdemos dois anos (desde a Convenção do Clima de Copenhague), a probabilidade é relativamente pequena. O que significa aquecimento maior do que 2 graus e, portanto, uma curva de danos maior. Os impactos começam a ser acelerados. E há risco de efeitos que realimentem o fenômeno, como o degelo do Ártico e a destruição da Tundra, liberando uma quantidade de carbono enorme. Os impactos serão cada vez maiores. (Cláudio Motta)

OS PAÍSES RESPONSÁVEIS PELO AQUECIMENTO GLOBAL

Existem diferentes maneiras de comparar as emissões de CO2 — o principal gás do efeito estufa — dos diversos países do mundo. Cada uma delas dá ênfase a determinados aspectos da questão. Nenhuma conta a história completa. Dependendo do tipo adotado para mensurar as emissões, os países podem mudar drasticamente de posição no ranking dos maiores poluidores.

EMISSIONES ATUAIS DE CO2

Uma das maneiras mais simples e mais usadas para comparar as emissões dos países é somar todo o volume de combustível fóssil queimado por cada nação e converter esse total em CO2. De acordo com números de 2009 da Administração Americana de Informação de Energia, os dez maiores emissores são:

1	China	7.711 MT ou 25,4%
2	EUA	5.425 MT ou 17,8%
3	Índia	1.602 MT ou 5,3%
4	Rússia	1.572 MT ou 5,2%
5	Japão	1.098 MT ou 3,6%
6	Alemanha	766 MT ou 2,5%
7	Canadá	541 MT ou 1,8%
8	Coreia do Sul	528 MT ou 1,7%
9	Irã	527 MT ou 1,7%
10	Reino Unido	520 MT ou 1,7%

Em milhões de toneladas (MT)

EMISSIONES DE TODOS OS GASES DO EFEITO ESTUFA

O problema em focar apenas no CO2 proveniente da queima de combustíveis fósseis é ignorar outros gases que contribuem para o efeito estufa e outras fontes de CO2. Quando levadas em conta, o ranking muda bastante, com países como Brasil e Indonésia indo para o topo da lista por conta das emissões provenientes do desmatamento. Os últimos números disponíveis são de 2005:

1	China	7.216 MT ou 16,4%
2	EUA	6.931 MT ou 15,7%
3	BRASIL	2.856 MT ou 6,5%
4	Indonésia	2.046 MT ou 4,6%
5	Rússia	2.028 MT ou 4,6%
6	Índia	1.870 MT ou 4,2%
7	Japão	1.387 MT ou 3,1%
8	Alemanha	1.005 MT ou 2,3%
9	Canadá	808 MT ou 1,8%
10	México	696 MT ou 1,6%

Em milhões de toneladas (MT)

EMISSIONES PER CAPITA

Comparar nações pode levar a distorções dados os tamanhos variáveis de suas populações. Para um retrato mais fiel, é essencial considerar emissões per capita. Dessa perspectiva, os primeiros da lista são países menores mas com alta concentração de indústrias que consomem muita energia; e as grandes nações em desenvolvimento, como China e Índia, parecem bem menos poluentes. Abaixo, uma seleção de países e suas emissões por pessoa:

1	Austrália	19,6 toneladas
2	EUA	17,7 toneladas
3	Rússia	11,2 toneladas
4	Alemanha	9,3 toneladas
5	Reino Unido	8,4 toneladas
6	China	5,8 toneladas
7	Média mundial	4,5 toneladas
8	Índia	1,4 tonelada
9	Média africana	1,1 tonelada
10	Chade	0,03 tonelada

EMISSIONES HISTÓRICAS

Como o CO2 lançado permanece na atmosfera por séculos, as emissões históricas são tão importantes — ou até mais importantes — do que as emissões atuais. A questão da responsabilidade histórica pelo atual estado do mundo é um dos pontos de maior tensão nas negociações de um acordo climático. Números do Instituto de Recursos Mundiais mostram as emissões acumuladas entre 1850 e 2007.

1	EUA	339.174 MT ou 28,8%
2	China	105.915 MT ou 9,0%
3	Rússia	94.679 MT ou 8,0%
4	Alemanha	81.194,5 MT ou 6,9%
5	Reino Unido	68.763 MT ou 5,8%
6	Japão	45.629 MT ou 3,87%
7	França	32.667 MT ou 2,77%
8	Índia	28.824 MT ou 2,44%
9	Canadá	25.716 MT ou 2,2%
10	Ucrânia	25.431 MT ou 2,2%

Em milhões de toneladas (MT)

EMISSIONES DE CONSUMO

Bens importados e exportados acrescentam uma camada extra de complexidade à equação. Muitos analistas argumentam que o foco nas emissões geradas no local de produção dos bens é injusto porque muitas das emissões da China, por exemplo, são geradas para a fabricação de bens que, no fim da cadeia, serão consumidos em nações ricas. Se as emissões forem medidas em termos de consumo e não de produção (ou seja, as exportações são excluídas da conta e as importações incluídas), a listagem muda completamente mais uma vez. A China, com 3,1 toneladas, nem aparece entre as dez primeiras.

1	EUA	29 toneladas
2	Austrália	21 toneladas
3	Canadá	20 toneladas
4	Suíça	18 toneladas
5	Finlândia	18 toneladas
6	Holanda	17 toneladas
7	Bélgica	17 toneladas
8	Irlanda	16 toneladas
9	Chipre	16 toneladas
10	Reino Unido	15 toneladas

